

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL: A CONTRAPOSIÇÃO DE IDEOLOGIAS

Jaqueline Damasceno¹, Frederico Teodoro², César Alexandre³, Tiago Camarinha Lopes⁴.

1. Estudante de Economia da FACE - UFG; *jaquelineeconomist@gmail.com
2. Estudante de Economia da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE/UFG;
3. Estudante de Economia da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE/UFG;
4. Orientador, Professor Assistente da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE/UFG.

Palavras Chave: *desenvolvimento nacional, liberalismo, intervencionismo.*

Introdução

O trabalho foi produzido a fim de discutir a dicotomia entre liberalismo e intervencionismo na evolução da indústria brasileira, a partir das discussões realizadas entre Simonsen x Gudin e Furtado x Bulhões. A partir de uma visão crítica dos planos que propunham o avanço da economia nacional. Para assim perceber se o conjunto de planos foi efetivo para promover a independência industrial brasileira.

O Brasil se tornou uma economia capitalista industrial de forma tardia. E está entre os últimos países na América a decretar o fim da relação MetrÓpole-colônia. Durante o século XIX, formava sua identidade republicana e, economicamente, contava com uma estrutura agroexportadora fundamentada no *laissez-faire*, nos moldes próximos ao liberalismo clássico. O capitalismo mercantil permitiu que o sistema econômico no Brasil se formasse já no formato pré-capitalista, uma vez que a função da colônia era ser fonte de acumulação para o capitalismo europeu em ascensão. Já no século XX, a formação do esforço de guerra, iniciado nos Estados Unidos, atinge o Brasil, incentivando a formação da indústria e o enfraquecimento das práticas agroexportadoras.

Resultados e Discussão

A formação da indústria nacional brasileira se insere neste contexto. Em meio a discussões quanto ao método de modernização da América Latina, introduzida pela CEPAL, e ao modelo a ser seguido no planejamento industrial, bem exposto no debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin e, posteriormente, entre Celso Furtado e Octávio Bulhões. É possível perceber assim que a história da industrialização brasileira está diretamente ligada à discussão entre liberalismo e intervencionismo, a submissão às regras de mercado ou a participação do Estado.

O processo de industrialização brasileiro está relacionado à transformação da composição do corpo social e da compreensão do papel de cada estamento na nova república. Vale destacar o golpe de 1930 como marco fundamental que indica a consolidação da burguesia urbana, em detrimento da elite rural, que representava os velhos modos de produção, ligados ao *laissez-faire*.

O país caminhava para incorporação dos instrumentos e da organização industrial planejada, iniciados no governo Vargas. Insere-se nesse momento a Controvérsia entre Simonsen e Gudin, que demonstra o diálogo entre as forças políticas que atuam na formação do capitalismo brasileiro – industrialistas e empreendedores do setor agroexportador – que é a discussão pela escolha entre a intervenção estatal ou as forças de livre mercado.

Levando em conta a ascensão da burguesia industrial é possível compreender a dominação dos ideais de protecionismo, industrialismo e nacionalismo econômico.

Demonstrando a “vitória” dos industrialistas, representados por Simonsen, apoiados pela classe em formação de trabalhadores assalariados, no formato de uma maior intervenção estatal.

Esta discussão é retomada por Celso Furtado e Octávio de Bulhões na década de 1950. Demonstrando a presença marcante das ideologias de intervencionismo e liberalismo na determinação das políticas promotoras do desenvolvimento econômico do Brasil.

Mediante estes fatores, o desenvolvimentismo intervencionista proposto pela Comissão foi vencedor. As pesquisas dirigidas pela CEPAL foram fundamentais para impulsionar conscientemente o Processo de Substituição de Importações, concretizado na elaboração do Plano de Metas.

Os planos de desenvolvimento brasileiro apresentaram um comportamento comum. Suas criações estão mais relacionadas ao reparo de falhas, do que à imposição de um caráter de continuidade com os planos antecessores.

O PAEG, por exemplo, teve como objetivo corrigir os erros apresentados pelo seu antecessor. Ele atingiu seus planos iniciais, porém, não demonstrou preparação para os acontecimentos futuros adversos.

Com intuito de alavancar o desenvolvimento nacional, foi criado o PND, para ser de longo prazo, com perspectivas de décadas. Porém, encontramos neste, assim como nos anteriores, a falta de planejamento para momentos de infortunes. Sendo seu financiamento baseado em capital estrangeiro e sem planos de contingência. Assim que instabilidades internacionais aconteceram, as mesmas consequências foram sentidas. Então o Brasil enfrentou momentos de dívida externa e crescente inflação, que chega aos anos 1990 na forma de hiper-inflação.

Conclusões

Por fim, temos evidências históricas que os planos foram eficientes em cumprir suas diretrizes e promoveram a industrialização brasileira. Porém, a falta de coordenação ao conjunto de planos e a falta de preparo para suportar os acontecimentos inoportunos, trouxeram momentos sombrios para formação da indústria nacional.

CAMARINHA LOPES, T. O Estado desenvolvimentista brasileiro ontem e hoje: uma análise econômica e política. *Perspectiva Econômica (São Leopoldo. Online)*, v. 8, p. 43-55, 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/pe.2012.81.04>. Acesso em: 2.nov.2014.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELOS, M. A. S.; TONETO, R. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2005.

HAGUENAUER, L., BAHIA, L. D., CASTRO, P. F. RIBEIRO, M. B. *Evolução das Cadeias Produtivas Brasileiras na Década de 90*, Brasília: IPEA, abr. 2001. (Texto para Discussão n. 786)

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimentoregional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. *RDE - Revista de desenvolvimento econômico*, ano 12, nº 21, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878>>. Acesso em: 31.out.2014.